

# O PENSAMENTO INDUSTRIALISTA DE AMARO CAVALCANTI<sup>1</sup>

SUZANA CRISTINA FERNANDES<sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A indústria brasileira tem uma história muito recente, comparada não apenas à da Inglaterra, berço da revolução industrial, mas também à de outros países da Europa, como França e Alemanha e o próprio Estados Unidos, países que já estavam plenamente industrializados nas últimas décadas do século XIX. No Brasil, apesar das primeiras tentativas de instalação de fábricas datarem do século XVIII, ela só surgiu com um pouco mais de vigor na segunda metade do século XIX e expandiu-se a partir da década de 1880, intimamente articulado à expansão cafeeira, mas só passou a representar um papel importante na economia brasileira na década de 1920, quando chegou a formar um respeitável parque industrial de bens de consumo.

Paralelamente a este desenvolvimento industrial, e até muito antes dele, a historiografia brasileira registra inúmeros esforços, representados por alguns nomes eminentes ligados ou não à indústria, que reivindicavam uma política protecionista para a indústria nacional, por acreditarem que somente através da industrialização o Brasil poderia alcançar o desenvolvimento econômico. Esses esforços, inicialmente esporádicos, foram sufocados na primeira metade do século XIX, por força das influências internacionais e pela indiferença da classe dominante com o desenvolvimento da indústria nacional. Porém, as grandes transformações econômicas que ocorreram na economia brasileira a partir de meados do século, decorrentes da rápida acumulação de capital no contexto da expansão cafeeira, provocaram uma série de mudanças nos aspectos político, econômico, cultural e social do país, e tornaram o clima mais propício às manifestações nacionalistas pelo desenvolvimento.

Os debates sobre a industrialização brasileira centrados nas políticas protecionistas, intensificaram-se na década de 1880, em virtude das crises econômicas que atingiram as indústrias existentes. A partir deste momento, o pensamento industrial tomou solidez e assumiu a forma de um *movimento coletivo*, a favor da industrialização do país. Surgiram, neste período, grandes líderes em defesa da indústria nacional, lutando por uma política protecionista que desse sustentação ao desenvolvimento industrial do Brasil. Estes homens eram: empresários industriais e intelectuais, políticos e parlamentares, muitas vezes, sem nenhum vínculo direto com a indústria, mas comprometidos com o desenvolvimento do país. Entre estes se destacaram: Antonio Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correa, Alcindo Guanabara, João Luiz Alves, Jorge Street, entre outros.

Neste sentido, o propósito deste trabalho é, justamente, compreender as manifestações desse pensamento industrialista nos últimos anos do Império e na primeira década republicana, através de um dos representantes desta luta pela industrialização nacional, o intelectual e político Amaro Cavalcanti.

A escolha de Amaro Cavalcanti se justifica não apenas porque ele é considerado pela historiografia como um dos grandes representantes da corrente de pensamento industrialista do final do século XIX, mas porque o seu perfil revelou-nos um homem com uma grande bagagem cultural e política, autor de numerosas obras sobre a economia brasileira e um político atuante, que defendeu arduamente a indústria brasileira no Congresso Nacional, representando muito bem aqueles industrialistas que se destacaram no final do século XIX na luta pela implantação da indústria nacional. Contudo, por vezes, foi negligenciado pelos estudos sobre a industrialização brasileira, permanecendo um tanto esquecido pela história.<sup>3</sup>

## 2 A trajetória de Amaro Cavalcanti

Amaro Cavalcanti nasceu em 15 de agosto de 1849<sup>4</sup>, no município de Caicó, no Rio Grande Norte, filho de D. Ana Cavalcanti de Barros, dona de casa, e de Amaro Soares Cavalcanti de Brito, Major da Armada Nacional. Depois dos primeiros estudos Amaro Cavalcanti passou a trabalhar de caixeiro até conseguir uma vaga para professor de latim no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Luiz do Maranhão, em troca do ensino gratuito no Curso de Humanidades. Em 1872 foi aprovado no concurso para professor das Cadeiras de Latim, Inglês e Francês na Escola Popular de Baturité. Passou a estudar direito, sendo mais tarde provisionado pelo governo cearense para advogar em toda província. Enquanto professor da Escola Popular, Amaro Cavalcanti dedicou-se também à educação, publicando alguns livros na área. Graças a estes trabalhos e a sua dedicação para com o magistério, o governo cearense, através de seu Presidente, Pedro Leão Veloso, comissionou-o para estudar o sistema de instrução elementar nos Estados Unidos, para elaborar uma reforma da instrução pública aplicável à província. Nos Estados Unidos aproveitou a oportunidade para matricular-se na Escola de Direito da Union University em Albany (N.Y.) e em dois anos, segundo Velho Sobrinho<sup>5</sup>, já era o primeiro aluno da turma, conquistando o título de “*Counsellor at Law*”, em 1881 com a tese: “Is education a legal obligation?”, título que lhe dava o direito de exercer a profissão jurídica em todo o território dos Estados Unidos, sendo o primeiro brasileiro a gozar deste direito. De volta ao Brasil, o Presidente da província do Ceará nomeou-o, em 02 de outubro de 1881, Diretor do Liceu de Humanidade e Inspetor-Geral da Instrução Pública do Ceará, cargo que corresponde hoje ao de Secretário da Educação.

Além da formação acadêmica, Amaro Cavalcanti adquiriu nos Estados Unidos uma rica experiência social, cultural e econômica, tendo em vista ter conhecido *in loco* um país em plena fase de desenvolvimento industrial e em vias de um progresso contínuo e duradouro. Enquanto, de outro lado, a situação que prevalecia no Brasil era de decadência e o atraso econômico. Certamente isto influenciou a postura crítica que assumiria em relação ao estado econômico e financeiro do Brasil no decorrer de sua vida, e determinou sua atuação política.

Ao longo da década de 1880, Amaro Cavalcanti dedicou-se a analisar a economia brasileira e seus profundos contrastes com a economia norte-americana procurando alternativas para colocar o Brasil nas vias do desenvolvimento. Ele acreditava que o Brasil poderia ter seguido a mesma trajetória de desenvolvimento dos Estados Unidos, pois ambos possuíam características históricas e geográficas semelhantes - possuidores de um vasto território, com uma grande diversificação de recursos naturais, ambos ex-colônias - no entanto, a realidade mostrava que o Brasil encontrava-se num estágio de desenvolvimento muito mais atrasado. Enquanto os Estados Unidos trilharam o caminho do desenvolvimento industrial, o Brasil seguiu um caminho inverso, especializando-se na produção de bens primários de baixo valor agregado. Porém, ele achava que ainda estava em tempo do Brasil reverter este quadro e superar sua condição de país estritamente agrícola e lançar-se rumo ao desenvolvimento econômico, a exemplo dos Estados Unidos. Contudo, achava que isso só seria possível através do desenvolvimento industrial. Começava então, a sua luta pela industrialização do Brasil.

Além da experiência com a industrialização vivida nos Estados Unidos, Amaro Cavalcanti sofreu a influência de um movimento industrialista que começou a tomar forma no Brasil a partir do último quartel do século XIX, depois do agravamento da instabilidade econômica, gerada por uma crise internacional que atingiu o Brasil em 1874-1875. A vulnerabilidade da economia brasileira frente à crise, despertou a preocupação dos intelectuais brasileiros e intensificando as manifestações nacionalistas pelo desenvolvimento nacional e por uma política protecionista e intervencionista que fosse capaz de dar sustentação ao

progresso da indústria brasileira. Este sentimento nacionalista assumiu a forma de um movimento coletivo reunindo industriais, intelectuais e parlamentares, que cresceu e se fortaleceu durante as últimas décadas do século XIX e ao longo do século XX, lutando por políticas econômicas que viabilizassem o desenvolvimento nacional através de discursos, artigos em jornais e revistas e por meio da criação de associações.

Amaro Cavalcanti passou a fazer parte deste movimento e foi nesta luta industrializante que ganhou o *status* de um dos maiores representantes do pensamento industrialista do final do século XIX<sup>6</sup>, lembrado por alguns autores da nossa historiografia, mas um tanto quanto esquecido pela história. Imbuído pelo sentimento nacionalista e entusiasmado com o desenvolvimento americano e com as idéias protecionistas de Friedrich List, Amaro Cavalcanti dedicou-se ao estudo da economia brasileira, engajando-se na vida política e na luta pela industrialização, com o objetivo precípua de encontrar alternativas para colocar o Brasil nas vias do desenvolvimento e reproduzir aqui o sucesso verificado nos Estados Unidos. O tema “educação”, que até então dominava seus estudos, cedeu lugar ao tema “progresso”, tendo dedicado boa parte de seu tempo, especialmente nos últimos anos do Império e na primeira década republicana, para defender o desenvolvimento industrial do Brasil. Amaro Cavalcanti utilizou seu profundo conhecimento sobre economia e finanças como ferramenta para o estudo aprofundado da história econômica do Brasil do século XIX, sobre a qual escreveu exaustivos trabalhos com muita riqueza de detalhes sobre a situação financeira do país. Além disso, tornou-se um político atuante, valendo-se dos cargos que ocupou no Congresso Nacional para defender arduamente os projetos de desenvolvimento nacional e para expor suas idéias em relação a problemas nucleares da economia brasileira e sobre as perspectivas de progresso para o país.

Durante a sua longa carreira política, Amaro Cavalcanti foi um dos vice-governadores do Rio Grande do Norte, nomeado em 1889 por decreto do Governo Provisório, em setembro de 1890, foi eleito por este estado, Senador no Congresso Constituinte, Primeira Legislatura (15/06/1891 a 25/09/1893), fazendo parte da Comissão dos 21 que formulou a 1ª Constituição da República. Sua atuação no Congresso foi bastante intensa, participando de todas as discussões relativas a assuntos financeiros, econômicos e políticos, colocando-se frontalmente contra a política oligárquica e descentralizadora dos conservadores. Amaro Cavalcanti foi eleito deputado pelo Rio Grande do Norte na Terceira Legislatura (1897-1899), renunciando logo em seguida ao ser chamado pelo Presidente Prudente de Moraes para a pasta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1902 a pedido de Rodrigues Alves, ocupou o cargo de Consultor Jurídico do Ministério do Exterior, onde permaneceu até 1906. Neste ano foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que ocupou até 30/12/1914. Durante o Governo de Wenceslau Braz, foi nomeado prefeito do Distrito Federal, exercendo o cargo com grande prestígio, de 1917 a 1918.<sup>7</sup> Amaro Cavalcanti faleceu em 28 de janeiro de 1922 no Rio de Janeiro.

Amaro Cavalcanti não era um industrial, a sua luta pela industrialização do Brasil deve-se, em grande parte, a um sentimento nacionalista, ou seja, o desejo de ver o seu país progredir e alcançar o desenvolvimento econômico e industrial de outros países industrializados.

As obras deixadas por Amaro Cavalcanti são bastante numerosas e contêm importantes referências históricas e um grande acervo de idéias ligadas a diversas áreas, tais como: jurídica, religiosa, educacional, e sobre economia e finanças. Todavia, o que nos interessou neste seu grande acervo para a elaboração deste trabalho foram as obras ligadas à área econômica e financeira, nas quais o autor expressa todo seu conhecimento sobre a economia brasileira e suas idéias sobre o desenvolvimento nacional.<sup>8</sup> A maior parte de sua obra econômica está concentrada na década de 1890, período em que atuou mais ativamente no cenário político. Seus trabalhos são, geralmente, extensas obras, ricas em descrições de

acontecimentos e de documentos primários, que buscam dar sustentação às suas afirmações. Em grande parte de seus escritos verifica-se o predomínio de um senso crítico sobre a situação econômica do Brasil, sobre a qual realiza avaliações com espírito de combatividade, embora possa-se notar sempre um certo ar contemporizador. Todavia, é um otimista que embora reconhecendo as deficiências e as dificuldades brasileiras, sempre apresentava uma proposta de solução para os problemas e para o desenvolvimento econômico do país, acreditando na sua capacidade de se reerguer economicamente ao nível de outros países desenvolvidos.

O período final do Império e primeiros anos da República, período que compreende a crise do Encilhamento, foi a fase mais atuante de Amaro Cavalcanti na luta industrialista. Neste momento, sua participação foi bastante destacada, tanto nas discussões dos projetos de reforma monetária, onde defendia uma política mais liberal para expandir o crédito para os investimentos industriais, quanto nas discussões sobre ajuda financeira e proteção tarifária para as indústrias atingidas pela crise, contrapondo-se frontalmente à bancada conservadora do Império. Seus discursos no Congresso Nacional são uma importante fonte de referência para conhecermos seu pensamento, suas reivindicações e seus argumentos em defesa da indústria nacional.<sup>9</sup>

### 3 A identificação dos problemas nacionais

Para Amaro Cavalcanti, o maior problema da economia brasileira ao final do século XIX era a sua absoluta dependência frente às nações estrangeiras, mesmo após quase um século de independência política. Cavalcanti considerava uma situação muito constrangedora, um país do porte do Brasil ter que importar boa parte dos bens de consumo interno necessários à sua população. Nossa situação, segundo ele, era esta:

*“Não obstante o caso feliz de nos haver tocado por sorte um território que a nenhum outro cede em boas condições ou fontes de riqueza natural, - continuamos, todavia, na dependência das outras nações em quase tudo que respeita ao desenvolvimento material do país e até as necessidades do nosso viver cotidiano! (...) vivemos hoje, como nos tempos coloniais, a importar do estrangeiro quase absolutamente tudo o que consumimos, não obstante podermos sabidamente havê-lo, ao menos em grande parte, da produção nacional”.*<sup>10</sup>

Este estado de dependência era para Amaro Cavalcanti consequência de uma série de problemas que remontavam à economia brasileira dos tempos coloniais e que o Império, apesar de todos os meios disponíveis, não foi capaz de solucionar. Sua conclusão, ao avaliar a economia brasileira, era de que faltou ao país *o vigor crescente das forças econômicas do país*, ou seja, o trabalho consciente pelo desenvolvimento das forças produtivas. O resultado disso, era o país ter chegado ao final do século com uma estrutura produtiva obsoleta e insuficiente para atender, ao menos, as necessidades internas de consumo da população, tendo que importar bens de consumo que poderiam ser facilmente produzidos internamente. A culpa para esta falta de empreendimento era atribuída, em última instância, às más administrações governamentais e ao baixo interesse de nossas classes dirigentes em formar as bases para a produção de riqueza no país, sempre mais preocupadas com os *"interesses mesquinhos da política"* do que com o engrandecimento da pátria.

Em seus discursos inflamados Amaro Cavalcanti dizia faltou aos governos elaborar uma política consciente de desenvolvimento de fontes produtoras de riqueza, que

fossem capazes de garantir não apenas o sustento da nação, no que se refere às necessidades cotidianas, mas também que garantisse o crescimento da renda geral do Estado, de forma a consolidar o crédito público e equilibrar as contas nacionais. Para ele, a existência de setores produtivos eficientes e rentáveis era uma condição fundamental para o progresso e o engrandecimento do país. Assim dizia: *“nenhum povo poderá ser grande, respeitado e feliz nas suas relações, seja de ordem interna, seja de ordem externa, sem a condição essencial de possuir riqueza sua própria, ao menos suficiente para ocorrer às necessidades normais do Estado e das diversas classes da sociedade”*<sup>11</sup>. Neste sentido, a produção de um país deveria ser ao menos suficiente para atender a sua demanda interna e, mesmo que não pudesse ofertar todos os produtos necessários à sua população, era preciso produzir o bastante para gerar uma renda ao Estado para cobrir as despesas no exterior com a aquisição dos produtos importados.

Este discurso de Amaro Cavalcanti revelava que sua preocupação fundamental era eliminar os problemas do balanço de pagamentos e o desequilíbrio financeiro do Estado. A história do balanço de pagamentos do Brasil do século XIX, revela um estado de permanente desequilíbrio, não obstante o saldo favorável da balança comercial alcançado com a expansão das exportações cafeeiras. Os déficits do balanço de pagamentos eram frequentemente compensados pela entrada de capital estrangeiro na forma de investimentos diretos, de empréstimos ou através da emissão de papel-moeda. Acontece que em períodos de crise interna ou externa, a tendência era a fuga do capital estrangeiro ou a dificuldade de atrair capital externo, que geravam dificuldades financeiras para o país e aumento da dívida pública, tanto pelo aumento dos empréstimos públicos contraídos para conter o déficit, quanto pelo aumento da taxa de juros que aumentava ainda mais o encargos da dívida externa.

Para Amaro Cavalcanti, uma forma de superar estes problemas do balanço de pagamentos era desenvolver os setores produtivos internos, de forma que a produção se expandisse o bastante para atender o mercado nacional e assim diminuísse as importações, e ainda fosse o bastante para ser exportada para outros países. E, no seu entender, o único setor produtivo capaz de garantir esse resultado não era a agricultura nem a indústria extrativa, os setores que auferiam maior renda para a economia brasileira, e sim a indústria. Para ele, apenas o setor agro-exportador nunca seria capaz de levar o país a alcançar o progresso econômico, daí a necessidade de desenvolver os setores industriais que dariam novo dinamismo à economia, aumentando a geração de renda interna.

O desequilíbrio do balanço de pagamentos foi certamente um dos argumentos mais decisivos dos industrialistas para pleitear uma política de proteção industrial. Felício dos Santos, em 1882 defendia na Câmara dos Deputados em 1882 que os desequilíbrios financeiros do Estado não podiam mais ser enfrentados com paliativos, como empréstimos e emissões; a saída, para ele, também era o fomento da produção nacional, especialmente a indústria. Assim dizia: *“Adotar ... medidas que diminuam importação enquanto não se eleva a exportação. Isso importa proteção à indústria nacional, que há de suprir grande parte da importação.”*<sup>12</sup> Serzedelo Correa, em 1903, retoma este argumento, afirmando que a nossa dependência externa comprometia nossa soberania. Dizia:

*“Cerca de 85 por cento da atividade comercial não nos pertence e não ficam no país; os fretes da navegação, os lucros e dividendos de bancos, de empresas de seguros de toda a espécie, de aluguéis de prédios, o salário devido ao trabalho nas fazendas de café, etc., tudo, tudo isso em larga escala, aqui não fica e sai do excesso do valor de nossa produção agrícola sobre o valor do que importamos.”*<sup>13</sup>

A saída proposta por ele era desenvolver a indústria nacional para aumentar a

produção interna e evitar a drenagem de nossa riqueza para o exterior.

Enfim, para os industrialistas, o desenvolvimento da indústria nacional faria diminuir as importações e conseqüentemente os encargos relacionados a ela, como fretes, seguros, etc., diminuindo as despesas do governo com o exterior e aumentando, de certa forma, a disponibilidade de recursos para serem investidos na expansão da produção.

#### 4 A defesa da industrialização como alternativa para o progresso econômico

Para Amaro Cavalcanti a indústria era a “*classe produtora por excelência*”, uma geradora potencial de prosperidade, portanto, o único meio eficaz do Brasil reverter a sua situação de atraso econômico e garantir o progresso e a soberania nacional, a exemplo de outros países como os Estados Unidos e a Alemanha, por exemplo. Dizia: “... *o verdadeiro progresso econômico de um povo há de ser procurado nos seus recursos ou melhoramentos industriais.*”<sup>14</sup>

A indústria, segundo Amaro Cavalcanti, era a melhor fonte produtora de riqueza de um país, por ser a única em condições de satisfazer o mercado interno em expansão<sup>15</sup>, de fortalecer o comércio internacional com eficácia através da substituição das importações pela produção interna e pelo aumento das exportações de produtos com maior valor agregado, e de aumentar a renda do Estado, através do aumento da arrecadação, diminuindo, assim, a dependência estrangeira, equilibrando as contas públicas do país e garantindo a soberania nacional. Enfim, a indústria era a garantia de prosperidade financeira: “*a prosperidade financeira não tem base mais sólida, mais larga, nem mais garantidora, do que o desenvolvimento progressivo da indústria nacional.*”<sup>16</sup>

Todavia, Amaro Cavalcanti lamentava que este importante fator de progresso estivesse sempre relegado a segundo plano no Brasil, até mesmo impedido de se realizar por força de inúmeros empecilhos e oposições.

Para ele, o primeiro grande empecilho ao desenvolvimento das forças industriais do país era a condução da economia pautada pelos interesses agro-exportadores. Durante quase todo o século XIX, a condução da política econômica do país esteve nas mãos da classe agrária dominante, que impunha certos limites ao pleno desenvolvimento industrial. Os maiores obstáculos à industrialização eram a falta de interesse das classes dominantes em desenvolver políticas que favorecessem a indústria nacional, e a oposição do setor agrário e do comércio às políticas de proteção industrial.

No campo econômico, os maiores obstáculos à industrialização foram a falta de recursos financeiros e a escassez de meio circulante e de crédito fácil. A administração da política monetária, marcadamente conservadora durante o Império, e conduzida pela meta da conversibilidade e por um contínuo viés deflacionista, com alguns períodos de exceção, conduziu a economia a um grande aumento da dívida pública e a um sistema econômico em regime de permanente escassez de meios de pagamentos, tornando os recursos escassos para serem investidos na indústria.

A falta de mão-de-obra e a permanência do escravismo foram outros grandes obstáculos à industrialização do país. Para Amaro Cavalcanti, a condescendência do governo para com o sistema escravista impossibilitou o engrandecimento do país. Sobre isso dizia:

*“Este fato impossibilitou-nos durante muito tempo a imigração estrangeira, e daí o retardamento da nossa vida industrial. Muitas medidas econômicas e financeiras deixaram de ser estudadas ou atendidas, muitos alvitres utilíssimos*

*foram menosprezados, uns com relação direta ao problema urgente de transformação do trabalho, outros com relação ao sistema econômico-financeiro, em geral, - porque envolviam a necessidade de resolver a questão inadiável da abolição do trabalho escravo!"<sup>17</sup>*

Outros grandes empecilhos ao desenvolvimento industrial do país, apontado por Amaro Cavalcanti, era a precariedade dos sistemas de transportes nacionais e a vigência de impostos interestaduais que tornavam-se obstáculos a livre movimentação do mercado. Ele sabia perfeitamente da grande importância econômica das redes de transportes, da necessidade de se construir novas estradas rodoviárias, novas vias férreas e de melhorar as condições dos portos e da navegação fluvial e marítima e da necessidade de se regular o sistema de impostos interestaduais para que as mercadorias pudessem circular livremente e assim melhor atender a população em geral.<sup>18</sup>

Muito embora todos estes obstáculos impostos ao desenvolvimento industrial no Brasil, as indústrias nacionais surgiram e aos poucos foram tornando-se significativas no cenário econômico, principalmente nos últimos anos do Império e após a Proclamação da República, beneficiada pelas condições favoráveis da economia, pela abolição do escravidão, pelo crescimento da imigração, pelas políticas monetárias e fiscais expansionistas e pelo empenho dos industrialistas, que defendiam a proteção industrial no Congresso Nacional, nos jornais, etc.

Porém, muito ainda precisava ser feito em favor da indústria se quiséssemos alcançar, por exemplo, um desenvolvimento industrial semelhante ao dos Estados Unidos. E essa era a luta de Amaro Cavalcanti, ou seja, enfrentar as oposições e reivindicar uma política consciente do Estado para promover a industrialização do país.

Amaro Cavalcanti tinha plena consciência de que as circunstâncias em que se desenvolvia a industrialização do Brasil no início da República não eram as mesmas vividas pelos países que nos antecederam no processo de industrialização. Percebia que as mudanças no padrão tecnológico das indústrias e as transformações do capitalismo no final do século XIX tornavam o desenvolvimento industrial no Brasil muito mais complexo. Por outro lado, também tinha consciência de que estas transformações do capitalismo, que provocaram alterações nos padrões das relações internacionais, acirrando a concorrência intercapitalista, também haviam provocado o acirramento do uso das políticas protecionistas como instrumento de defesa para a indústria nacional. Sobre isso dizia no Congresso Nacional em julho de 1892:

*“Atenda agora o Senado: todas as nações que nos precederam no desenvolvimento da indústria, que já tem bastante riqueza acumulada, para bem satisfazer as necessidades da sua vida ordinária - , todas elas, não obstante, entenderam, neste último decênio, que deviam formar uma nova política financeira internacional, fechando a era das teorias livre-cambistas, e entrando, resolutas, em fase abertamente protecionista, caracterizada pela guerra das tarifas aduaneiras”<sup>19</sup>*

Tendo compreendido todo este movimento do sistema capitalista, Amaro Cavalcanti entendeu que a única forma de promover o desenvolvimento industrial no Brasil, era através da forte presença do Estado, incentivando e protegendo a indústria nacional, para que ela pudesse nascer e se desenvolver de forma segura e eficiente, trazendo o progresso para

o país, como fizeram os Estados Unidos, a França, a Alemanha, o Japão, etc. Esta foi a sua luta durante toda a década de 1890, isto é, reivindicar uma política de proteção eficiente do Estado, para desenvolver a indústria nacional.

## **5 A defesa da intervenção protecionista do Estado para o desenvolvimento industrial**

Amaro Cavalcanti acreditava que somente com a intervenção protecionista do Estado a indústria brasileira conseguiria se desenvolver. A atuação do Estado deveria ser, tanto criando novas indústrias essenciais, que a iniciativa privada não pudesse ou não quisesse investir, como desenvolvendo uma política de proteção adequada, capaz de protegê-las da concorrência estrangeira e ainda facilitando os recursos na forma de moeda e crédito para serem investidos no desenvolvimento industrial.

Como Freidrich List<sup>20</sup> Amaro Cavalcanti defendia uma política protecionista em favor da indústria nascente e daquelas que realmente se mostrassem dignas de serem auxiliadas. Cavalcanti acreditava que a proteção era a única maneira de desenvolver a industrialização de um país pobre e em vias de crescimento, todavia, defendia um protecionismo moderado, seletivo e circunstancial, somente enquanto se fizesse necessário. Enfim, um protecionismo planejado, não com o objetivo de criar monopólios, mas para garantir o progresso industrial do país.

### **5.1 O papel da política tarifária para o desenvolvimento industrial**

A questão tarifária no Brasil, enquanto instrumento de proteção industrial, sempre foi um “pomo de discórdia”, que envolvia um jogo de interesses entre industriais, Estado, comerciantes importadores e cafeicultores. Aos industriais interessavam uma elevada tarifa aduaneira que os protegesse contra a concorrência estrangeira dos manufaturados importados; ao Estado interessava as tarifas elevadas por motivos fiscais, no início da República cerca de dois terços da receita governamental provinha dos impostos aduaneiros; aos comerciantes e cafeicultores interessavam os baixos índices tarifários, aos comerciantes porque tornavam os produtos importados mais baratos e facilitava seu monopólio sobre o mercado interno e, aos cafeicultores, porque a tarifa elevada aumentava os custos dos bens de consumo e equipamentos usados na lavoura e porque temiam represálias dos países compradores de café, insatisfeitos com as tarifas brasileiras. E ainda existiam as pressões vindas do estrangeiro, contra as reformas tarifária. Humberto Bastos cita um exemplo bastante significativo dessa pressão estrangeira, trata-se de um artigo do jornal *Times* de 4 de agosto de 1904, quando discutia-se a reforma tarifária de João Luiz Alves, que não foi aprovada. Dizia o jornal:

*“Em vista da adoção pela Câmara em primeira discussão do projeto relativamente a uma elevação proibitiva das tarifas aduaneiras, sem consulta da Comissão de Orçamento, os representantes diplomáticos da Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Estados Unidos, França e Itália, coletivamente, exprimiram a esperança de que o Governo use de sua influência sobre o Congresso, para manter as velhas tarifas.”*<sup>21</sup>

Pelo menos até a década de 1930, a questão tarifária no Brasil esteve envolvida num jogo de interesses que motivaram intensas disputas em torno de cada reforma tarifária realizada ao longo do Império e da Primeira República. Dada a impossibilidade de conciliar tantos interesses antagônicos, a política tarifária brasileira oscilou durante todo o período



entre os interesses protecionistas e livre-cambistas, não agradando nem a um nem a outro.

Embora a maioria das tarifas aduaneiras de caráter mais protecionista tivessem sido adotadas com interesses puramente fiscais, não se pode negar que muitas delas tiveram um grande efeito protecionista e que por trás de cada revisão tarifária estiveram sempre um grupo de industrialistas fazendo campanha por uma maior proteção, a despeito dos ataques livre-cambistas.

Amaro Cavalcanti tecia muitas críticas ao sistema tarifário brasileiro. Para ele, o seu grande problema era que não representava nenhum sistema definido, nem era liberal, nem era protecionista, em geral era elaborado com interesses fiscais para preencher o déficit do Tesouro. Em assunto de tarifas aduaneiras, dizia, “*estamos nas mesmas condições do tempo do Império*”.<sup>22</sup>

Para Cavalcanti, até então, nenhuma política tarifária realmente séria havia sido elaborada ao longo do século XIX e era isso que ele reivindicava. Não defendia nenhum protecionismo inconseqüente, para ele, o nível de proteção tarifária era de extrema importância e, portanto, antes de se realizar qualquer reforma, deveria se analisar uma série de fatores, balanceando os efeitos favoráveis e os prejudiciais. A definição de um sistema tarifário exigia assim, um estudo paciente “*com toda imparcialidade, com todos os dados estatísticos e outros elementos de informações e comparações, colhidos no país e no estrangeiro, de modo que se lhe pudesse dar sem eufemismo, o qualitativo de ‘boa tarifa’*”.<sup>23</sup>

No seu entender, antes de se proceder a reforma das tarifas aduaneiras, era preciso analisar os seguintes fatores: qual a importância da renda aduaneira para o Estado; se o Tesouro podia dispensar semelhante renda ou se podia contar com a elevação de outros impostos internos ou criar outras fontes de renda; definir quais as indústrias precisavam, de fato, serem protegidas; qual a qualidade e a quantidade de produção destas indústrias que pediam auxílio; se elas teriam condições (capital, trabalho e matérias-primas) para suprir o mercado interno, frente ao retraimento das importações dos produtos similares; qual o custo dos produtos nacionais que chegavam ao mercado; qual o nível tarifário que seria suficiente para proteger estas indústrias e que tipos de matérias-primas deveriam ser isentas ou taxadas levemente.<sup>24</sup>

Estas afirmações demonstram claramente, que Amaro Cavalcanti era bastante seletivo em se tratando de política tarifária. Ressaltava que em primeiro lugar, devia se avaliar as “necessidades do Tesouro”, para depois “*dar a proteção aduaneira, já como elemento de fomento às indústrias nacionais no caso de bem merecê-la*”

Por outro lado, Cavalcanti procurava enfatizar que dar proteção temporária e seletiva, não significava que ela poderia ser alterada ou extinguida ao *bel-prazer*, pois, segundo ele “*dar hoje proteção aduaneira à certa indústria e, amanhã, diminuí-la, retirá-la mesmo, antes da possibilidade de alcançar o efeito desejado, - sem o devido critério, ou pela simples razão de desagrar o imposto, - como já se tem feito entre nós; - é erro condenável, prejudicialíssimo, sobretudo, ao capital...*”<sup>25</sup>

Embora concordasse que a proteção só deveria ser estendida às indústrias que realmente a merecessem, Amaro Cavalcanti não concordava com a teoria que se desenvolveu na última metade da década de 1890 sobre *indústrias naturais* e *indústrias artificiais*, segundo a qual, a intervenção protecionista do Estado só deveria ser estendida as *industrias naturais*, ou seja, àquelas que utilizavam matérias-primas que o país pudesse fornecer.<sup>26</sup>

Para Amaro Cavalcanti, esta idéia era inaceitável e sobre isso pronunciou-se num artigo de 1903, dizendo:

“*Ele [o critério definido pelos livre-cambistas] pressupõe o Universo dividido em*

*países, cada um deles com certas aptidões naturais e exclusivas, nos homens e nas coisas, e de tal modo ajustadas no tempo e no espaço, - que a prosperidade de cada povo se faria sem outra condição, que não fosse a simples aplicação do seu capital e trabalho ao desenvolvimento das suas indústrias naturais.*”<sup>27</sup>

No seu entender, a primeira dificuldade em se adotar este critério era saber quais eram as indústrias verdadeiramente naturais de um país, um segundo problema advinha do fato de que, tais indústrias naturais, não eram, na maioria das vezes, exclusivas a um só país. Neste caso, teríamos o seguinte problema .

*“Suponham-se dois Estados limítrofes nessas condições naturais de identidade ou quase identidade, - um tendo começado mais cedo e se achando já com sua indústria natural em situação próspera e largamente desenvolvida, e outro, ao contrário, por ter começado mais tarde ou por acidente diverso, se achando apenas com a sua indústria em estado incipiente...*

*Naturalmente, dada inteira liberdade de concorrência, o primeiro desses países invadirá os mercados do segundo e, pela sua superioridade de condições produtoras e de experiência, não tardará em assenhorear-se dos referidos mercados, isto é, - levará a indústria incipiente do segundo Estado à completa ruína e desaparecimento. E como, agora, remediar a sorte desgraçada do último, continuando ele no mesmo regime de livre-câmbio?”*<sup>28</sup>

Segundo Cavalcanti, este mal, perfeitamente possível de ocorrer, principalmente no caso de um país novo como o Brasil, é a prova clara da fragilidade da teoria dos livre cambistas, “além de um desmentido formal à sua afirmativa categórica, de que as indústrias naturais são sempre capazes de fazer a prosperidade do país, dispensada toda e qualquer proteção oficial”<sup>29</sup> Para Amaro Cavalcanti a tese sobre a indústrias naturais só seria totalmente verdadeira se “as aptidões e elementos naturais dos diferentes países se achassem por tal modo repartidos”, de forma que um país produzisse aquilo que o outro necessitasse e não pudesse produzir por si mesmo.

## **5.2 O Estado explorando indústrias**

Com relação a intervenção direta do Estado nas explorações industriais, Amaro Cavalcanti era solidário com a teoria liberal de Adam Smith e Stuart Mill, que admitia uma intervenção direta do Estado em áreas ou setores essenciais em que a iniciativa privada não quisesse ou não pudesse investir. Assim afirmava Amaro Cavalcanti: o Estado “*não só pode, como até deve, tomar a si a exploração de certas indústrias, já no interesse imediato do serviço público e já no pensamento de desenvolvê-las no país, quando as forças individuais se mostrarem insuficientes ou incapazes de bem fazê-las.*”<sup>30</sup>

Todavia, as explorações industriais estatais deveriam obedecer a duas condições básicas: a) que as indústrias exploradas fossem de interesse geral para a coletividade e para o progresso do país e, b) que não se prejudicasse os interesses da iniciativa privada.

Isto significava, em primeiro lugar, que a exploração industrial pelo Estado só deveria ocorrer caso trouxesse algum benefício para a sociedade. Segundo Amaro Cavalcanti, geralmente, as razões que levavam o Estado à exploração industrial eram de três ordens: 1) o intuito de receber renda; 2) a necessidade de garantir certos serviços especiais para a

sociedade; e 3) a idéia de concorrer para o progresso real e prosperidade da nação. Em defesa da industrialização do Brasil, Cavalcanti considerava as três razões, ou seja, o desenvolvimento de uma indústria poderia servir não apenas para atender as necessidades da sociedade, como para promover o progresso real da nação e ainda resultar em receitas para o Tesouro.

Em segundo lugar, Cavalcanti defendia a exploração industrial pelo Estado, especialmente naqueles ramos onde a iniciativa não pudesse ou não tivesse interesse em investir, ou ainda, em algum ramo estratégico. Sobre isso dizia:

*"não lhe incumbindo o papel de criar a riqueza diretamente, em regra, ele só devia praticar aquelas indústrias, que, embora reconhecidamente indispensáveis ao país, deixassem, todavia de existir pela insuficiência dos recursos individuais. Além destas, em tais circunstâncias, outras há, que, o Estado pode ou deve mesmo exercê-las: são aquelas do interesse imediato de alguns ramos do público serviço, como por exemplo: a fabricação de moeda, a de instrumentos militares, ou de certas espécies de material bélico, como a pólvora, etc; assim como, razões manifesta de ordem, de garantia e de fiscalização lhe dão preferencia para o serviço do Correio, e dos Telégrafos, e não falta quem pense, que assim deveria também ser, a respeito das estradas de ferro em geral."*<sup>31</sup>

Sendo assim, ação do Estado nas explorações industriais deveria ser auxiliar ou supletiva, atuando naqueles setores de inteira utilidade pública e onde os recursos da iniciativa privada não bastassem para o seu desenvolvimento.<sup>32</sup>

Por outro lado, Amaro Cavalcanti ressaltava que a participação do Estado nas explorações industriais deveria ser apenas circunstancial, para atender as necessidades prementes da economia, no momento oportuno as empresas administradas pelo Estado deveriam passar para as mãos da iniciativa privada, pois o Estado, no seu entender, não era um bom administrador. Assim dizia: *"as indústrias ou serviços que um Estado pode ou deve iniciar e exercer no seio de uma nação nova e desprovida de instrução, de saber profissional, ou de capitais disponíveis, não devem, só por isso, ser continuadas indefinidamente por conta dos cofres públicos..."*<sup>33</sup>

Enfim, o Estado poderia usar de todos os meios que dispunha para auxiliar e promover o desenvolvimento industrial do país, mesmo que à princípio isto significasse prejuízo aos cofres públicos, pois o desenvolvimento industrial e o retorno que a industrialização traria para a sociedade, quando ela já estivesse plenamente estabelecida, compensaria todos os "sacrifícios" iniciais, ou seja, os fins justificariam os meios.

### **5.3 O papel da moeda e do crédito para o desenvolvimento industrial**

Amaro Cavalcanti não se limitava a reivindicar políticas alfandegárias protecionistas para as indústrias, insistia também em políticas que viabilizassem maiores facilidades na obtenção dos recursos necessários para os novos investimentos, ou seja, facilidades de crédito, na forma de empréstimos diretos ou através da emissão fiduciária.<sup>34</sup> No seu pensamento industrialista a moeda apresentava-se como uma das peças fundamentais para a implantação da indústria no Brasil, pois no seu entender, "o capital era a *alma mater* da indústria", esta necessitava de muito capital para se desenvolver e, portanto, de uma moeda forte e eficiente, capaz de atrair capitais para serem investidos em novos empreendimentos.<sup>35</sup>

Desta forma, colocava como primeiro passo para o desenvolvimento industrial e econômico da nação o saneamento monetário e fiscal do país. Porém, o saneamento monetário para um país novo como o Brasil, sem recursos para investir e com dificuldades financeiras, só seria possível através da adoção da moeda fiduciária. No âmbito das discussões sobre os problemas monetários, Amaro Cavalcanti se insere entre aqueles denominados papelistas. Podemos dizer que trata-se de um dos raros autores que defendiam explicitamente o papel-moeda como a solução para os problemas da economia brasileira.

Segundo Cavalcanti, a moeda fiduciária, emitida pelos bancos, teria a vantagem de baratear o dinheiro, facilitando o investimento na produção industrial; esta, por sua vez, aumentando a produção nacional possibilitaria a diminuição das compras no exterior e o aumento do produto exportável, o que traria para o país mais divisas, não como empréstimo, mas como riqueza própria do país.

Além de ser um excelente instrumento de crédito público ou privado, a moeda fiduciária era um eficiente *agente circulante de valores*, que, segundo Cavalcanti, desempenharia eficazmente as funções de moeda, por ser abundante e perfeitamente elástica.<sup>36</sup>

O resultado desta política seria um saldo favorável na balança de comércio, uma redução da dívida pública externa e o equilíbrio das finanças públicas, o que implicaria num certo equilíbrio na balança de pagamentos e uma menor pressão sobre o câmbio, o que, consequentemente, favoreceria a boa imagem do país no exterior, atraindo mais trabalho e mais capital para serem investidos no país.<sup>37</sup>

O pensamento de Amaro Cavalcanti sobre a moeda e o crédito era dos mais inovadores, pois ele teve a ousadia de poucos, de defender para o Brasil um sistema monetário mais liberal, baseado na moeda fiduciária, num momento em que a maioria dos intelectuais lutavam por uma política conservadora que levasse o país a se adequar as regras do padrão-ouro. Todavia, somente alguns anos depois, Rui Barbosa implantaria uma reforma monetária expansionista, baseada na emissão fiduciária, que favoreceu o surto industrial dos primeiros anos da República.

Na avaliação que Amaro Cavalcanti fez sobre o sistema financeiro nacional durante todo o Império e primeiros anos da República, chegou à conclusão de que faltava ao Brasil um sistema monetário eficiente e adequado às circunstâncias internas do país, capaz de garantir um meio circulante abundante e o crédito farto para serem investidos no desenvolvimento da produção nacional. Na sua opinião a estrutura produtiva do país ao longo de todo o Império e nos primeiros anos da República, não lhe permitia se adequar às regras do padrão-ouro e manter a conversão metálica, mas a despeito disto, os governos insistiram em manter uma política conservadora seguindo a meta da conversibilidade. Para Cavalcanti, esta mentalidade conservadora era responsável por todos os problemas monetários e financeiros do Brasil, ou seja, pelo sistema monetário arcaico e deficiente, pela moeda depreciada, pela dívida pública crescente e pela insuficiência do meio circulante e do crédito para serem investidos no desenvolvimento da produção nacional.

Amaro Cavalcanti afirmava que para o Brasil adotar a conversão metálica com sucesso, primeiro precisava desenvolver suas forças produtivas, aumentar sua produção para depender menos das importações e gerar maior riqueza interna, somente assim poderia ter o ouro necessário para manter a circulação metálica e garantir sua independência externa.<sup>38</sup> Ou seja, primeiro fazia-se necessário aumentar os investimentos na produção nacional através da expansão do crédito, para somente depois, com o crescimento da produção e da riqueza interna e, consequentemente, da menor dependência externa, poder-se-ia adotar a circulação metálica. Assim dizia:

*“Tenhamos por verdade iniludível: enquanto a situação econômica do país for tal que dependamos, quase totalmente, da importação de produtos estrangeiros, para os objetos necessários às artes, às ciências, às indústrias, à habitação, ao vestuário e à própria alimentação quotidiana, não poderemos contar com a probabilidade prática, constante de circulação metálica. O valor do nosso meio circulante ficará sempre dependente do nosso desequilíbrio anual nas contas, que tivermos de saldar no estrangeiros”*<sup>39</sup>

Rui Barbosa, embora fosse um metalista, também achava que o Brasil não estava preparado para a adoção do sistema metálico, devido à sua incompatibilidade com os problemas apresentados pelo nosso balanço de pagamentos.<sup>40</sup> De acordo com Rui Barbosa, primeiro era preciso restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos, para depois adotar a circulação metálica. Dizia ele: *“não é (...) a circulação metálica que nos há de firmar o câmbio alto; é, pelo contrário, a estabilidade do câmbio ao par, efeito da prosperidade econômica da nação, que nos há de permitir a circulação conversível. Os metalistas invertem os termos do problema e, por isso, suas criações não passam de castelos de cartas.”*<sup>41</sup>

Porém, esta não era a opinião dominante no período, os metalistas representavam grande parte dos parlamentares e faziam oposição ferrenha a qualquer medida que procurava desvincular a política monetária da política cambial.<sup>42</sup> Estes contestavam qualquer indicação que havia escassez de moeda e culpavam o excesso de emissão pela depreciação cambial. Ao longo de quase todo o Império e Primeira República as idéias conservadoras prevaleceram no cenário político do Brasil tentando implementar, na maioria das vezes sem sucesso, uma política monetária ortodoxa com objetivo de adequar o país às regras do padrão-ouro.

O debate em torno do meio circulante marcou boa parte da década de 1890, todavia, os discursos e as orientações de Amaro Cavalcanti e dos demais papelistas, de modo geral, não foram suficientes para conter o avanço das políticas econômicas ortodoxas *vis-à-vis* a condução da economia pela ala conservadora.

### **Considerações Finais**

Amaro Cavalcanti foi um daqueles homens ilustres da nossa história que se dedicaram a pensar vias de desenvolvimento para o país, ousando sonhar, muitas vezes de forma utópica, que o Brasil um dia poderia atingir a grandeza das principais nações do mundo.

Podemos claramente, defini-lo como um nacionalista, pelo seu sentimento marcante pelo desenvolvimento nacional, pelo seu desejo de ver seu país grande e economicamente independente das demais nações do mundo, enfim, pela sua luta incessante pela industrialização brasileira, um exemplo daqueles que lutaram com honras pela Pátria e que deve figurar obrigatoriamente numa galeria de construtores da nação brasileira.

Polêmico, Amaro Cavalcanti sempre sustentou algumas idéias muito controvertidas para a sua época. Defendeu a emissão fiduciária que contrariava os princípios tradicionais da política econômica seguida no Império; defendeu a diversificação do crédito para novos setores, especialmente para a indústria nacional, que também ia contra a política do antigo regime de auxiliar exclusivamente a agricultura; e, o que era ainda mais ousado, foi contra os próprios auxílios para a lavoura cafeeira.

Embora não possamos dizer que esteve certo em todas as suas afirmações,

devemos ressaltar que suas idéias econômicas e financeiras apresentam a coerência de quem conhecia profundamente as finanças públicas e mais do que isso, alguém que reconhecia as deficiências da economia nacional e lutava para eliminá-las. Neste sentido, luta de Amaro Cavalcanti era muito mais circunstancial, procurava resolver os problemas prementes da economia brasileira, ou seja, seu atraso econômico e sua dependência política.

Amaro Cavalcanti acreditava que a única forma de desenvolver economicamente o país, reverter seu atraso econômico e garantir a soberania nacional, era fomentando o seu desenvolvimento industrial. Para ele, a indústria era “a classe produtora por excelência” e, portanto, deveria ser estimulada e protegida pelo Estado.

Seu raciocínio era bastante simples, estimulando o desenvolvimento industrial, o país poderia substituir as importações pela produção interna, o que acarretaria uma diminuição do volume de importações, bem como dos encargos relacionados ao processo de importação (fretes, seguros, etc.). Além disso, a produção industrial poderia vir a compor a pauta de exportações nacionais, melhorando ainda mais o saldo de nossa balança comercial e, ainda, poderia garantir uma renda maior para os cofres públicos, gerados pela tributação sobre da própria produção. Segundo Amaro Cavalcanti, o resultado deste processo seria, o equilíbrio do balanço de pagamentos do país. Este equilíbrio se daria tanto pelo aumento do saldo da balança comercial, quanto pela diminuição dos empréstimos externos usados para cobrir os déficits.

Todavia, esta sua lógica merece algumas críticas. Em primeiro lugar, a idéia de que a industrialização resolveria os problemas do balanço de pagamentos é um tanto quanto questionável, principalmente analisando-se este processo de substituição de importações no curto e médio prazos. Industrializar o Brasil naquele momento implicaria, necessariamente, em ter que importar máquinas e equipamentos para a instalação das fábricas e, dado o elevado custo destes equipamentos no mercado internacional, certamente isto implicaria em um ônus de grandes proporções para a nossa balança comercial. Em segundo lugar, deve-se considerar, que levaria um certo tempo até que estas indústrias começassem a produzir o suficiente para suprir o comércio interno, diminuir as importações e gerar renda para o governo. Todavia, não se deve negar a lógica do seu pensamento no longo prazo.

Ao defender a indústria como o setor produtivo por excelência, Amaro Cavalcanti colocava as demais formas de produção, basicamente o setor agro-exportador, em segundo plano, e ainda lhes impunha pesadas críticas. Neste sentido, criticava o papel subordinado da agricultura e a dependência econômica de uma nação exclusivamente agrícola estendendo suas críticas ao comércio, principalmente ao comércio importador, que para ele era uma classe parasitária, ávida por lucros e que tentava frear o desenvolvimento industrial do Brasil ao opor-se as campanhas protecionistas.

Ao longo de sua luta pela industrialização, Amaro Cavalcanti procurou enfrentar todas as oposições e os entraves colocados ao desenvolvimento industrial. No Congresso Nacional debateu por inúmeras vezes com aqueles que defendiam uma política econômica que prejudicasse a indústria nascente e lutou por medidas que dessem sustentação ao seu desenvolvimento.

Finalmente, após realizar breve síntese das idéias de Amaro Cavalcanti, a questão que se apresenta é: como se poderia defini-lo ideologicamente, um protecionista, dada a forma enfática com que reivindicava a proteção à indústria, ou liberal clássico, já que preconizava uma proteção seletiva? A resposta para esta pergunta não constitui uma tarefa fácil, mesmo após minuciosa leitura de suas obras, visto que o reducionismo de seu pensamento a uma corrente teórica, tem conduzido, invariavelmente, a equívocos e distorções importantes, como por exemplo, a declaração feita por Dorival Teixeira Vieira, que acusa Amaro Cavalcanti de ser um “pioneiro do neoliberalismo”. Contudo, com a pretensa autoridade de quem leu

atentamente uma parte significativa de sua grande produção intelectual, julgamos impossível defini-lo enquanto um protecionista ou um liberalista, considerando que suas preocupações não seguiam a rigidez de nenhuma linha teórica, se bem que deve ser ressaltada sua peculiar atração, como muitos de seus pares, aos preceitos do positivismo. Na verdade, Amaro Cavalcanti situa-se entre homens, que no final do Império, ousaram sonhar com a construção de uma nação rica, desenvolvida e que servisse de orgulho para seu povo.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADA, Antonio Carlos R. de. *Bancos de emissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1923
- AUGUSTO, José. *Amaro Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956.
- BAER, Werner. *A Industrialização e O Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues, 6º ed. aumentada, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1985.
- BASTOS, Humberto. *O pensamento industrial no Brasil (introdução à história do capitalismo industrial brasileiro)*, São Paulo, 1952.
- BELLO, José Maria. *História da República 1889-1945 (Adenda – 1945-1954)*, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 3ªed, 1956
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política monetária do Brasil*, Trad. Thomaz Newlands Neto, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1960 ,Brasília: Série Grande Formato, vol. 18 -, (1ª ed. 1910)
- CANO, Wilson, *Raízes da Contração Industrial em São Paulo*, 4ª ed. Campinas-SP: UNICAMP.IE, 1998
- CARDOSO DE MELLO, J.M. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, 10ª ed., Campinas-SP: UNICAMP.IE, 1998.
- CARONE, Edgard, *A republica velha. II Evolução política (1889-1930)*, São Paulo: DIFEL, 4ª ed., 1983
- \_\_\_\_\_. *A republica velha. Instituições e classes sociais*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª ed., 1972
- \_\_\_\_\_. *A república Velha - I (Instituições e Classes Sociais)*. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1972.
- \_\_\_\_\_. *O pensamento industrial no Brasil - 1880-1945*. São Paulo: Difel, 1977
- \_\_\_\_\_. *O Centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978
- CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*. Brasília, Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, Tomos 1 e 2, 1980 (Primeira publicação de 1889)
- CORREA, Serzedelo. *O problema econômico no Brasil, 1903*. Brasília: Senado Federal, 1980.
- COSTA. Fernando Nogueira da, *Economia monetária e financeira: Uma abordagem pluralista*, São Paulo: Makron Books, 1999

- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- ENCICLOPEDIA E DICIONÁRIO INTERNACIONAL vol. II, Rio, s.d.
- FAUSTO, Boris.(org.) *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)* (História geral da civilização brasileira, T. 3, vol. 1), São Paulo, Ed. Difel, 1975.
- FERNANDES, Suzana Cristina. *Amaro Cavalcanti e a Luta pela Industrialização Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Uma Nota sobre o Pensamento de Amaro Cavalcanti”, in: *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, 1999
- FISHLOW, A. “origens e conseqüências da substituição de importação no brasil.” *Estudos Econômicos*, 2(6), SP: IPE/USP, dezembro, 1972.
- FRANCO, Gustavo. *A década republicana: o Brasil e a economia internacional – 1888-1900*, RJ:IPEA, 1991, Série PNPE 24.
- \_\_\_\_\_. “A primeira década republicana”, in: M. P. Abreu (org.) *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*, Campinas: Ed. Campus, 1995
- \_\_\_\_\_. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*, Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
- FRITSCH, Winston. “Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930”, in: M.P. Abreu (org.) *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*, Campinas: Ed. Campus, 1995
- \_\_\_\_\_. “Sobre as interpretações tradicionais da lógica política da política econômica na primeira república”. *Estudos Econômicos*, 15(2): 339-346, maio/agos., 1985
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 22ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1987.
- GERMER, Claus Magno. “A gestação dos elementos do ‘padrão ouro-câmbio’ antes da I Guerra Mundial e sua institucionalização no pós-guerra”, in: *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, Curitiba, 1999.
- GREMAUD, Amaury Patrick. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República(1840-1930)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FEA-USP, 1997.
- GREMAUD, Amaury. P., et alii. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Atlas, 1997.
- HOLLANDA (Filho) Sergio Buarque. *O Brasil monárquico: do Império à República*, 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (História Geral da civilização brasileira, T. 2, vol. 5)
- HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. “Livre Comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições”. In.: *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 28, N. 1, P. 33-75, Jan.-Mar./1998
- KEMP, Tom. *A revolução industrial na Europa do século XIX*, Trad. José Marcos Lima, São Paulo: Edições 70, 1985.
- LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*, Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994
- LEME, Marisa Saens. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes,



1978

- LEOPOLDI, M. A. P. *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil, the associations of industrialists, economic policy-making and the with special reference to the period 1930-61*, Oxford, Engl.: Oxford University. Tese PhD, St. Antony's College, 1984
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria no Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboço de história empresarial*. RJ: SMC/Editora UFRJ,
- \_\_\_\_\_. "O Encilhamento. In: NEUHAUS, P. ed. *Economia brasileira: uma visão histórica*. RJ. Campus, 1980
- LIMA, Heitor Ferreira. "Deflacionismo de Murtinho e suas conseqüências econômico-sociais". In: *História do Pensamento Econômico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978, p. 136-149.
- \_\_\_\_\_. *História do pensamento econômico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed.Nacional, 1978.
- LIST. G. Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. Apresentação de Cristóvam Buarque e Tradução de Luiz João Baraúna. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- LUZ, Nícia Vilela. "Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro(III): esforços em prol da industrialização", in: *Revista de História*, n. 34, outubro-dezembro, 1958, p. 305-333
- \_\_\_\_\_. "Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro (II): esforços em prol da industrialização", in: *Revista de História*, n. 33, janeiro-março, 1958, p 27-41
- \_\_\_\_\_. *A luta pela industrialização no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- \_\_\_\_\_. "Joaquim Murtinho e o Darwinismo Econômico. In: MURTINHO, Joaquim. *Idéias econômicas de Joaquim Murtinho*. Cronologia, introdução e notas bibliográficas e textos selecionados por Nícia Vilella Luz. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- MARCONDES, Renato L. "Padrão-Ouro e Estabilidade", in: *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 28, N. 3, P. 533-559, Jul.-Set./1998.
- MORAES FILHO, E. *Idéias sociais de Jorge Street*. Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/ Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC, 1980
- OLIVEIRA, Lucia Lippi, "Questão nacional na Primeira República", in: DE LORENZO, H. C e COSTA, W. P. (org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997
- PELÁEZ, C. M. & SUZIGAN, W., *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*, 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade, 1891 (Coleção Temas Brasileiros, 15); Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976 (Série Monografia, n. 23),
- PELÁEZ, C. M. "As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945". In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: 25 (3), p. 5-82, jul./set. 1971.
- \_\_\_\_\_. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: Anpec, 1972.
- PERISSINOTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1943.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*, 13ªed., São Paulo: Brasiliense, 1970.

- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo 92, vol. 146, (1922), pg. 592-594, Rio: Imprensa Nacional, 1926.
- \_\_\_\_\_. Tomo LX, Parte I (1º e 2º trimestres), p366 a 375 e 407 a 413, Rio: Imprensa Nacional, 1897.
- \_\_\_\_\_. Tomo LXXV, Parte II (1912), p. 241 e 280, Rio: Imprensa Nacional, 1913.
- RODRIGUES, José Honorio. “História e economia - década de 1870-1880” in *Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio*, abr., 1971.
- SAES, Flávio A M & SMERECÁNYI, Tamas. “O capital estrangeiro no Brasil, 1888-1930”. *Revista Estudos Econômicos*. SP, 15(2): 191-219, maio/ago. 1985.
- SAES, F.A.M. & CYTRYNOWICZ R. “O pensamento econômico e as origens da profissão de economista no Brasil (1931-1945)”, in: *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, 1999
- SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. Trad. Afonso Nunes Lopes, São Paulo: EDUSP: Instituto Fernand Braudel, 1996.
- SILVA, Lígia M. Osório, “A crise no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do ‘caso da Itabira Iron’”, in: DE LORENZO, H. C e COSTA, W. P. (org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Tavares Bastos e a questão agrária no império”, in: *Revista de História Econômica e História de Empresas*, vol. 1, n. 1. ABPHE, 1999, p. 3-29.
- SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 8ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.
- SODRE, Nelson Werneck, 1911. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.
- STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. “Industrialização Brasileira em Perspectiva”, in: *Anais do III congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, 1999
- \_\_\_\_\_. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- TANNURI, Luiz A. *O Encilhamento*, São Paulo: Hucitec, 1981.
- TEIXEIRA, Palmira P. *Pensamento e ação industrial de Jorge Street, 1894-1939*, Tese de Doutorado, 1989.
- VEIGA FILHO, João Pedro da. *Tarifas Aduaneiras*. SP: Typ e Vapor-Espindola, Siqueira & Comp., 1896
- VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, vol. I, RJ, 1937 pgs. 330-331.
- VERSIANI, F. , BARROS, M. T. (org.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977,
- \_\_\_\_\_. “Política tarifária e crescimento industrial nos anos 1906/12: o caso da cerveja”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, 12(2): 455-488, agosto/1982.
- VIEIRA, Dorival Teixeira, *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. São Paulo, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Evolução do sistema monetário brasileiro*. São Paulo: Univ. de S. Paulo/Instituto

de Pesquisas Economicas, 1981.

VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. *A política do governo e o crescimento da economia brasileira - 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA, 1973

### **Obras de Amaro Cavalcanti na área econômica**

CAVALCANTI, Amaro. “A vida econômica e financeira do Brasil”, Conferência realizada em 1914, in: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920, vol. XXXVIII.

\_\_\_\_\_. “Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras”, in: *Boletim da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, 1903, p. 3-39.

\_\_\_\_\_. *Elementos de Finanças. Estudo Theórico-Prático*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

\_\_\_\_\_. *O meio circulante nacional (1808-1835)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, Coleção Temas Brasileiros 53, (Primeira publicação em 1893)

\_\_\_\_\_. *Política e Finanças*. (Coletânea de Discursos no Congresso Nacional em 1891 e 1892) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

\_\_\_\_\_. *Regime Federativo e República Brasileira*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1900.

\_\_\_\_\_. *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1890.

### **NOTAS:**

<sup>1</sup> Este artigo é uma pequena síntese da Dissertação de Mestrado intitulada *Amaro Cavalcanti e a Luta pela Industrialização Brasileira*, defendida no Instituto de Economia da Unicamp em fevereiro de 2001, sob a orientação da Profa. Dra. Ligia M. Osorio Silva.

<sup>2</sup> Mestre em História Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp e doutoranda em Economia Aplicada pelo mesmo Instituto.

<sup>3</sup> Os resultados de nossas primeiras pesquisas sobre Amaro Cavalcanti foram apresentadas no III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, realizado na Universidade Federal de Curitiba em 1999, intitulado “Uma Nota sobre o Pensamento de Amaro Cavalcanti”. Ver: *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, 1999

<sup>4</sup> Existem nas diversas biografias sobre Amaro Cavalcanti algumas divergências quanto a sua data de nascimento, porém, segundo informações de seu neto o Embaixador José Carlos Cavalcanti Linhares, esta é a data correta. Também é freqüente a confusão que se faz entre Amaro Cavalcanti e Amaro Bezerra Cavalcanti, também político durante o Império, nascido em Pernambuco em 1825 e falecido em 1890, mas entre eles não há qualquer relação maior do que a coincidência de nomes.

<sup>5</sup> J. F. Velho Sobrinho. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, vol. I, RJ, 1937 pgs. 330-331.

<sup>6</sup> Muitos historiadores costumam citar Amaro Cavalcanti como um expoente do pensamento industrialista, entre os quais: Nícia Vilela Luz em *A luta pela industrialização no Brasil*; Humberto Bastos em *O Pensamento Industrial no Brasil*; Heitor Ferreira Lima em

---

*História do Pensamento Econômico no Brasil*; Edgar Carone, em *O Pensamento Industrial no Brasil (1889-1945)*; Dorival Teixeira Vieira, *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*.

- <sup>7</sup> Além desses cargos políticos Amaro Cavalcanti participou, como membro da Comissão Parlamentar, na elaboração do Projeto do Código Civil e foi nomeado delegado na 3ª Conferência Pan-Americana, reunida na Capital Federal em 1906. Foi designado delegado do Brasil na Conferência Financeira Pan-Americana, realizada em Washington em 1915 e em 1917. No ano de 1918, Amaro Cavalcanti foi escolhido o representante do Brasil no Tribunal Arbitral de Haia e, finalmente, em 15/11/1918, assumiu como Ministro da Fazenda e Interino da Justiça, a convite do Presidente Rodrigues Alves, cargo que ocupou até a morte do presidente em 1918. Graças às suas numerosas publicações, foi eleito em 06/12/1897 sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo elevado a sócio honorário e efetivo em 1912. Entre os méritos de Amaro Cavalcanti estão ainda a fundação e direção como Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional em 1914, foi membro honorário do Instituto dos Advogados, do Instituto Histórico Brasileiro, do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, Professor de Finanças da Academia de Altos Estudos. Além disso, falava e escrevia corretamente o inglês, francês, alemão, espanhol, conhecia o italiano e o holandês, e estudou russo. (Fonte: José Augusto. *Amaro Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956; Enciclopédia e Dicionário Internacional vol. II, Rio de Janeiro, s.d.; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Imprensa nacional, tomo 92, vol. 146, pg. 592-594, 1926, tomo LXXV, parte II, 1912 e Tomo LX, parte I, 1897; J. F. Velho Sobrinho. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*, vol. I, RJ, 1937, p. 330-331; Dorival Teixeira Vieira, *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. São Paulo, 1960; e, IV Encyclopédia e Dicionário Internacional, vol. IV, W. M. Jackson Editora, Rio de Janeiro.)
- <sup>8</sup> Muito poucos estudos fazem alusão ao pensamento econômico de Amaro Cavalcanti, tendo em vista que o único trabalho conhecido, que vai além de uma simples biografia, é de Dorival Teixeira Vieira, intitulado: *A Obra Econômica de Amaro Cavalcanti*, publicada em 1960, onde se faz um sério trabalho de análise do pensamento econômico desse autor.
- <sup>9</sup> Para elaboração deste trabalho utilizamos as seguintes obras de Amaro Cavalcanti: *Resenha financeira do ex-império do Brasil em 1889 (de 1890)*; *O meio circulante nacional (1808-1835)*, (de 1893); *Elementos de finanças. Estudos theorico-pratico*, (de 1896); os artigos: *Taxas protetoras nas tarifas aduaneiras*, (de 1903) e *A vida econômica e financeira do Brasil*, (de 1914). Além dos seus discursos no Congresso Nacional reunidos no livro *Política e Finanças*, publicado em 1892.
- <sup>10</sup> A. Cavalcanti. A vida econômica e financeira do Brasil, (1914) in: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920, vol. XXXVIII, p. 12
- <sup>11</sup> A. Cavalcanti. “A vida econômica e financeira do Brasil”, op. cit., p. 13
- <sup>12</sup> O Industrial, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1881, apud. Nícia Vilela Luz. “Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro: esforços em prol da industrialização”, in: *Revista de História*, n. 34, out./dez, 1958, p. 307
- <sup>13</sup> Serzedelo Correa. *O problema econômico do país*. Rio de Janeiro, 1903, p. 5-6.
- <sup>14</sup> A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Imp. Nac., 1890, p.197

- 
- <sup>15</sup> De acordo com Amaro Cavalcanti, o aumento do consumo interno, principalmente nos anos de 1891 e 1892, era resultado do crescimento da população em virtude da imigração estrangeira, da organização de novas empresas e companhias que demandavam mais casas para escritórios, fábricas e oficinas, e objetos de consumo. Era também consequência do aumento da renda interna, que aumentava e diversificava as necessidades de consumo. (A. Cavalcanti, *Política e Finanças*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 357-358)
- <sup>16</sup> A. Cavalcanti, *Política e Finanças*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 326 (Este livro trata-se de uma coletânea de discursos de Amaro Cavalcanti no Congresso Nacional no período de 1891 a 1893)
- <sup>17</sup> A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p. 40 e 121
- <sup>18</sup> As críticas de Amaro Cavalcanti ao sistema de transporte nacional estão em seu livro *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, e suas considerações sobre os impostos interestaduais estão no livro *Regime Federativo e República Brasileira*.
- <sup>19</sup> A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit.
- <sup>20</sup> Friedrich List publicou em 1841 sua obra mais importante *Das nationales System der politischen Ökonomie* (O sistema nacional de economia política). Nos Estados Unidos escreveu *Outlines of American Political Economy* (*Esboço de uma economia política norte-americana*), 1827.
- <sup>21</sup> Humberto Bastos. *O pensamento industrial no Brasil*, São Paulo, 1952, p. 79.
- <sup>22</sup> A. Cavalcanti. “Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras”, in: *Boletim da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, 1903, p. 36
- <sup>23</sup> A. Cavalcanti. “Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras”, op. cit., p. 36
- <sup>24</sup> *Ibidem*, p. 37
- <sup>25</sup> *Ibidem*, p. 39
- <sup>26</sup> Segundo os critérios desenvolvidos pelos livre-cambistas, especialmente por Joaquim Murinho, o grande divulgador do conceito de *indústria artificial*, contra a qual moveu violenta campanha, as indústrias naturais eram aquelas que podiam se desenvolver sem qualquer proteção governamental, bastando que para isso que tivessem certas condições como: capital e mão-de-obra suficientes e transporte adequado, e as indústrias artificiais eram aquelas que utilizavam matérias-primas importadas e que não podiam dispensar a proteção do Estado. (Nícia Vilela Luz. *A luta pela industrialização no Brasil*, op. cit., p. 84-85)
- <sup>27</sup> A. Cavalcanti. “Taxas Protectoras nas Tarifas Aduaneiras”, op. cit., p. 12
- <sup>28</sup> *Ibidem*, p. 12-13
- <sup>29</sup> *Ibidem*, p. 13
- <sup>30</sup> A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças, Estudo Theórico-Prático*. Rio de Janeiro: Impr. Nac., 1896, p.132
- <sup>31</sup> A. Cavalcanti, *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, op. cit., p. 12
- <sup>32</sup> A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 322.
- <sup>33</sup> Na sua opinião o governo já deveria ter aberto mão de muitas empresas que estavam sob seu poder, como: as estradas de ferro e os estabelecimentos oficiais de ensino superior. A. Cavalcanti. *Elementos de Finanças*, op. cit., p. 134

- 
- <sup>34</sup> A. Cavalcanti, *Política e Finanças*, op. cit., p. 324
- <sup>35</sup> Amaro Cavalcanti foi um grande conhecedor da matéria financeira, parte de suas obras são análises exaustivas do sistema financeiro brasileiro durante o Império e primeiros anos da República, que contribuem com uma descrição detalhada do funcionamento do meio circulante nestes períodos e retratam uma grande preocupação com a moeda nacional. Seus principais trabalhos nesta área são *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, escrito em 1889, e *O Meio Circulante Nacional*, publicado em 1893.
- <sup>36</sup> A. Cavalcanti, *Política e Finanças*, op. cit., p. 217-218
- <sup>37</sup> *Ibidem*, p. 348
- <sup>38</sup> A. Cavalcanti. *Política e Finanças*, op. cit., p. 209.
- <sup>39</sup> *Ibidem*, p. 232
- <sup>40</sup> Rui Barbosa realizou uma estimativa sobre o déficit no balanço de pagamentos brasileiro no fim do Império, que está em *Do relatório Ruy Barbosa* (1890), p. 540 (Apud. Pelaez, C. M. “As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945”, op. cit., p. 14
- <sup>41</sup> Rui Barbosa. *Finanças e Políticas na República – Discursos e Escriptos de Rui Barbosa*. Capital Federal: Companhia Imprensa, 1892. Discurso “O papel e a baixa do câmbio” – Senado, 3 de novembro de 1891, p. 29
- <sup>42</sup> G. Franco, *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*, Rio de Janeiro: BNDES, 1983, p. 103